

COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA - IMBITUBA - SANTA CATARINA
COMPANHIA ABERTA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012.

Pela Legislação Societária

<u>A T I V O</u>	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u> <u>CONSOLIDADO</u>	<u>2012</u> <u>CONSOLIDADO</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>4.390</u>	<u>4.748</u>	<u>4.545</u>	<u>4.901</u>
<u>DISPONÍVEL</u>		<u>4</u>	<u>183</u>	<u>8</u>	<u>202</u>
Caixa/Bancos c/Movimento	3a	4	166	8	183
Títulos de Liquidez Imediata	3a	0	17	0	19
<u>VALORES A RECEBER</u>		<u>4.386</u>	<u>4.561</u>	<u>4.537</u>	<u>4.694</u>
Contas a Receber - Usuários	4	2.867	3.058	2.867	3.058
Adiantamentos	3f	1.414	1.398	1.422	1.403
Outros Valores a Receber	3f	105	105	105	107
Imps e Contribs a Compensar e Recup. .	3f	0	0	143	126
<u>ESTOQUE</u>		<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
Almoxarifado..	3c	0	0	0	0
<u>DESP. AP. A CUSTO EXERC. SGTE</u>		<u>0</u>	<u>4</u>	<u>0</u>	<u>5</u>
Prêmios de Seguros	3f	0	4	0	5
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>494.956</u>	<u>242.667</u>	<u>503.456</u>	<u>251.147</u>
<u>REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</u>		<u>296.600</u>	<u>44.311</u>	<u>302.205</u>	<u>49.828</u>
Movimentação Mínima Contratual..		15.436	-	15.436	-
Depósitos Judiciais..	5	6.086	5.667	9.729	9.262
Crédito com Terceiros	3f	481	481	481	2.403
Adiantamento p/Compra de Ativo.	13	883	883	883	883
Contas a Receber de Usuários	4	14.711	156	14.711	156
Crédito Liquidação Duvidosa	4	-1.519	-1.519	-1.519	-1.519
Despesas Custos a Apropriar..	6	260.522	38.643	260.522	38.643
Outros Créditos..		-	-	1.962	-
<u>INVESTIMENTOS</u>		<u>198.356</u>	<u>198.356</u>	<u>199.180</u>	<u>199.180</u>
Em Controladas..	2 e 8	198.356	198.356	199.180	199.180
<u>IMOBILIZADO</u>		<u>0</u>	<u>0</u>	<u>2.071</u>	<u>2.139</u>
Bens da Empresa..	9 b c d	0	0	2.500	2.504
Depreciações/Amortizações Acumuladas	9	0	0	-429	-365
<u>INTANGÍVEL</u>		<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
Capitais de Concessão	9a e	7.283	7.283	7.283	7.283
Fundo de Amortização	9a e	-7.283	-7.283	-7.283	-7.283
Software Outros				0	1
Amortização Software Outros				0	-1
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		<u>499.346</u>	<u>247.415</u>	<u>508.001</u>	<u>256.048</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

<u>P A S S I V O</u>	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u> <u>CONSOLIDADO</u>	<u>2012</u> <u>CONSOLIDADO</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>72.977</u>	<u>63.334</u>	<u>91.221</u>	<u>72.977</u>
Contas a Pagar	3f	1.816	1.394	18.034	18.034
Financiamentos..	10a	598	346	800	800
Folhas a Pagar	12 e 16	11.941	10.940	11.950	11.950
Fornecedores..	3f	5.534	4.764	5.698	5.698
Contrib. Sociais a Recolher..	12	15.900	13.441	15.965	15.965
Impostos e Taxas a Recolher	11a	8.222	5.218	9.055	9.055
Dividendos a Pagar..	3f	48	48	48	48
Faturamento Taxas Portuárias.	3f	7.096	7.287	7.096	7.096
Depósito de Garantia c/Usuários	3f	12.843	12.758	12.843	12.843
Provisão P/ Cobert Patrº a Descoberto..	3f	8.979	7.138	9.732	9.732
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>356.873</u>	<u>110.815</u>	<u>363.649</u>	<u>110.815</u>
Contas a Pagar		0	0	6.770	6.770
Imp. e Taxas Contrib suspensa	11d	11.627	10.826	11.627	11.627
Remuneração dos Recursos do FPN ..	3f	104	104	104	104
Adiantamento para Compra de Ativo.. ..	13	12.352	12.352	12.352	12.352
Parcelamento INSS	11b	2.043	2.075	2.049	2.049
Empréstimos e Financiamentos..	10b	51	51	51	51
Passivos Contingentes..	14	261.985	18.005	261.985	261.985
Depósitos Judiciais e Contratuais.	5	6.086	5.668	6.086	6.086
INSS Exigibilidade Suspensa	11c	32.302	30.524	32.302	32.302
Parcelamento Exc/Lei 11.941.	11	5.309	6.229	5.309	5.309
Resultados a Compensar	7	25.014	24.981	25.014	25.014
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>69.496</u>	<u>73.266</u>	<u>53.131</u>	<u>69.496</u>
Capital Social	15	201.238	201.238	205.278	205.278
Correc. Monetária do Capital..		3	3	3	3
Capital Realizado Atualizado		201.241	201.241	205.281	205.281
Reservas de Capital..		0	0	510	510
Ações em Tesouraria		0	0	0	0
Prejuízos Acumulados.		-131.745	-127.975	-152.660	-152.660
Participação Acionistas Não Controladores				7.462	7.462
TOTAL DO PASSIVO		499.346	247.415	508.001	250.000

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012.**

Pela Legislação Societária

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u> <u>CONSOLIDADO</u>	<u>2012</u> <u>CONSOLIDADO</u>
RECEITA BRUTA DAS VENDAS E SERVIÇOS		-	1.027	-	1.027
REMUNERAÇÃO S/ CAPITAIS DE CONCESSÃO..	3 b	-	1.027	-	1.027
RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS E SERVIÇOS		-	1.027	-	1.027
CUSTO DOS SERVIÇOS VENDIDOS.. .. .		-	-	(170)	(215)
LUCRO BRUTO.. .. .		-	1.027	(170)	812
DESPESAS OPERACIONAIS.. .. .		(1.930)	(2.793)	(4.136)	(5.315)
Gerais e Administrativas		(1.871)	(1.148)	(2.741)	(2.521)
Encargos Financeiros		(59)	(1.645)	(1.395)	(2.794)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/O LUCRO ..		-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		-	-	-	-
RECEITAS FINANCEIRAS.. .. .		-	352	45	413
PROVISÃO GLOSAS EM LITÍGIO		-	(28.705)	-	(28.705)
PREJUÍZO OPERACIONAL.. .. .		(1.930)	(30.119)	(4.261)	(32.795)
OUTRAS RECEITAS		-	727	-	727
OUTRAS DESPESAS		(1.840)	(2.637)	(2.976)	(4.789)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA.		(3.770)	(32.029)	(7.237)	(36.857)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA.. .. .		-	-	-	-
PARTICIPAÇÕES					
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.. .. .		(3.770)	(32.029)	(7.237)	(36.857)
PARTICIPAÇÃO DA CONTROLADORA.. .. .				(5.536)	(32.029)
PARTICIPAÇÃO NÃO CONTROLADORES.. .. .				(1.701)	(4.828)
PREJUÍZO POR AÇÃO (R\$).. .. .		(0,02153)	(0,18287)	(0,04132)	(0,21044)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012.**

Pela Legislação Societária

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u> <u>CONSOLIDADO</u>	<u>2012</u> <u>CONSOLIDADO</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO..	(3.770)	(32.029)	(7.237)	(36.857)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTE				
Ajuste juros quota amortiz Capitais Concessão 1994 a 2011.	-	1.680	-	1.680
Ajuste desp. Taxa ocupação de Imóveis 2011..	-	692	-	692
Ajuste resultado exercícios anteriores C. T. I.			-	200
TOTAL RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO.. ..	(3.770)	(29.657)	(7.237)	(34.285)
 PARTICIPAÇÃO DA CONTROLADORA..			 (5.536)	 (29.657)
PARTICIPAÇÃO NÃO CONTROLADORES..			(1.701)	(4.628)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012.

	Pela Legislação Societária							
	Capital Realizado Atualizado			Ações		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Patrimônio dos Não Controladores	PL CONSOLIDADO
	Capital Social	Cor. Monet. do Capital	Reservas de Capital e Incent. Fiscais	em Tesou- raria.	Prejuízos Acumulados			
SALDOS EM 31/12/11	201.238	3	2.951	-	(101.268)	102.924	(3.074)	99.850
AUMENTO CAPITAL - AGO.	-	-	-	-	-	-	-	-
PREJUÍZO LIQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(32.029)	(32.029)	(4.827)	(36.856)
COMPENSAÇÃO PREJUÍZOS	-	-	(2.951)	-	2.951	-	-	-
AJUSTE EXERC ANTERIOR	-	-	-	-	2.371	2.371	200	2.571
AUMENTO CAPITAL							1.940	1.940
RESULTADO. ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31/12/12	201.238	3	-	-	(127.975)	73.266	(5.761)	67.505
AUMENTO CAPITAL		-	-	-	-	-	-	-
AJUSTE EXERC ANTERIOR	-	-	-	-	-	-	-	-
PREJUÍZO LIQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(3.770)	(3.770)	(3.468)	(7.238)
COMPENSAÇÃO PREJUÍZOS	-	-	-	-	-	-	-	-
PARTIC. ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	(7.136)	(7.136)
SALDOS EM 31/12/13	201.238	3	-	-	(131.745)	69.496	(16.365)	53.131

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e de 2012. - Método Indireto
Pela Legislação Societária

Descrição da Conta	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
			CONSOLIDADO	CONSOLIDADO
Caixa Líquido Atividades Operacionais	(431)	(9.017)	(443)	(7.716)
Caixa Gerado nas Operações	(3.770)	(28.945)	(14.310)	(31.570)
Prejuízo líquido do período	(3.770)	(32.029)	(7.237)	(36.856)
Depreciações e amortizações	-	713	64	775
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	2.371	-	2.571
Participação não Controladores	-	-	(7.137)	-
Aumento Capital	-	-	-	1.940
Variações nos Ativos e Passivos	3.339	19.928	13.867	23.854
Varição Contas a Receber	191	(1.472)	185	(1.472)
Varição Outros Créditos	(16)	117	(28)	2.223
Varição Estoques	-	9	-	9
Varição Despesas antecipadas	4	1	5	1
Variações Realizável a Longo Prazo	(252.289)	(9.754)	(252.377)	(12.578)
Varição Fornecedores	770	(1.255)	853	(1.238)
Varição Impostos e contribuições a recolher ..	5.463	283	5.519	311
Varição Folha a Pagar	1.002	9.404	963	9.418
Varição Adiantamentos de clientes	85	2.002	85	2.002
Varição Outras contas pagar	2.071	(400)	11.359	491
Varição Exigível a Longo Prazo	246.058	20.993	247.303	24.687
Caixa Líquido Atividades de Investimento ..	-	23.228	4	22.410
Investimento	-	(296)	-	(1.119)
Imobilizado	-	23.524	4	23.529
Intangível	-	-	-	-
Caixa Líquido Atividades Financiamento ..	252	(16.002)	245	(16.529)
Empréstimos e financiamentos	252	(16.002)	245	(16.529)
Aumento de capital	-	-	-	-
Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes ..	(179)	(1.791)	(194)	(1.835)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	183	1.974	202	2.037
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4	183	8	202

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e de 2012.

Pela Legislação Societária

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u> <u>CONSOLIDADO</u>	<u>2012</u> <u>CONSOLIDADO</u>
Receitas	-	1.027	-	1.027
Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	-	1.027	-	1.027
Outras Receitas	-	-	-	-
Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	-	-	-	-
Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.868)	(1.052)	(2.901)	(2.547)
Materiais consumidos	(3)	-	(3)	-
Energia, servs de terceiros, e outras desp. Oper	(1.865)	(1.052)	(2.728)	(2.332)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	-	-	-
Outros custos de produtos e serviços vendidos	-	-	(170)	(215)
Valor Adicionado Bruto	(1.868)	(25)	(2.901)	(1.520)
Retenções	(1.840)	(31.420)	(2.980)	(33.633)
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	(77)	(4)	(139)
Outras	(1.840)	(31.343)	(2.976)	(33.494)
Valor Adicionado Líquido Produzido	(3.708)	(31.445)	(5.881)	(35.153)
Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-	1.079	45	1.140
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Financeiras	-	352	45	413
Outros	-	727	-	727
Valor Adicionado Total a Distribuir	(3.708)	(30.366)	(5.836)	(34.013)
Distribuição do Valor Adicionado	(3.708)	(30.366)	(5.836)	(34.013)
Impostos, Taxas e Contribuições	3	18	6	49
Federais	3	18	6	49
Remuneração de Capitais de Terceiros	59	1.645	1.395	2.794
Juros	59	1.645	1.395	2.794
Remuneração de Capitais Próprios	(3.770)	(32.029)	(7.237)	(36.856)
Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	(3.770)	(32.029)	(7.237)	(36.856)
Próprio			(5.536)	(32.029)
Não Controladores			(1.701)	(4.827)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DA EXPLORAÇÃO PORTUÁRIA NOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012.**

	Pela Legislação Societária	
	2013	2012
RENDA DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS	189	144.928
TARIFA PORTUÁRIA..	189	142.784
EXTRA TARIFÁRIA..	-	2.144
CUSTEIO DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS	156	61.080
DESPESAS DE EXPLORAÇÃO..	156	59.804
QUOTA DE AMORTIZAÇÃO	-	238
REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS		
DO CAPITAL DE CONCESSÃO..	-	1.027
DOS RECURSOS DO F.P.N.	-	11
RESULTADO DO PERÍODO	33	83.848
RESULTADO A COMPENSAR NO PERÍODO..	33	83.848
RESULTADO A COMPENSAR ANTERIOR..	24.981	19.491
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	-	-
GLOSAS EM LITÍGIO..	-	(28.705)
AJUSTE A VALOR PRESENTE..	-	(49.653)
RESULTADO A COMPENSAR ATUAL.	<u>25.014</u>	<u>24.981</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

**IMOBILIZAÇÕES DO PORTO DE IMBITUBA SOB CONCESSÃO NOS
EXERCÍCIOS**

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012.

	Pela Legislação Societária	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
A T I V O	58.849	57.915
ATIVO FINANCEIRO	<u>25.915</u>	<u>24.981</u>
BB SA. FUNDO DE DEPRECIAÇÃO DE RESULTADOS A COMPENSAR	-	-
	25.915	24.981
ATIVO PERMANENTE	<u>32.934</u>	<u>32.934</u>
BENS MÓVEIS E IMÓVEIS		
INVERSÕES DA UNIÃO	2.280	2.280
INVERSÕES DA CONCESSIONÁRIA	30.654	30.654
P A S S I V O	58.849	57.915
PASSIVO FINANCEIRO	<u>30.654</u>	<u>30.654</u>
CRÉDITOS DA CONCESSIONÁRIA POR INVERSÕES DO PORTO DE RESULTADOS A COMPENSAR	-	-
SALDO PATRIMONIAL	<u>28.195</u>	<u>27.261</u>
PASSIVO REAL LÍQUIDO	28.195	27.261

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Companhia Docas de Imbituba (CDI) tem por objeto social a exploração de serviços portuários e construiu o Porto de Imbituba a partir de 1922, com recursos próprios. Posteriormente, a União tornou a exploração da atividade portuária um monopólio do Estado, obrigando que a exploração do Porto passasse para o regime de Concessão.

Nestes termos, foi firmado o Contrato de Concessão do Porto de Imbituba entre a União e a CDI, por intermédio do Ministério da Viação e Obras Públicas, com prazo de vigência por 70 anos, conforme publicado no DOU nº 270, de 21.11.1942. Verifica-se que o contrato de concessão foi firmado 20 anos após o início da construção das instalações portuárias do Porto de Imbituba pela CDI. O Contrato de Concessão foi assinado por autorização do Decreto nº 7.842 de 13 de setembro de 1941.

Trata-se, portanto, de situação *sui generis*, onde o objeto da concessão é de natureza privada (“Concessão de bem privado”), tendo por consequência a subordinação do contrato a um regime econômico financeiro que permitisse não somente a remuneração pelos serviços e investimentos efetivados durante a vigência do contrato de concessão, mas também, e principalmente, a indenização pelo patrimônio já existente quando da assinatura do contrato de concessão (obras, benfeitorias e imóveis).

Na condição de Concessionária e Administração Portuária do Porto de Imbituba, em conformidade com o Contrato de Concessão, a CDI era a responsável pela gestão das atividades de exploração do porto, bem como pelos investimentos em equipamentos e obras (capitais de concessão) para o aparelhamento necessário ao embarque e desembarque de cargas e mercadorias.

Sua remuneração era determinada com base no resultado dessas atividades e nos capitais de concessão (inicial e adicionais). A concessão do Porto de Imbituba para a Companhia Docas de Imbituba encerrou-se prematuramente em 26/12/2012, de vez que no entendimento jurídico da CDI, considerando o período de 3 anos e 10 meses no qual a União assumiu a gestão e as receitas do Porto, o termo final deveria se dar em 15 de julho de 2016. A questão relativa ao termo final da concessão não foi reconhecida pela Administração e a CDI se viu obrigada a interpor medida judicial no intuito de assegurar seus direitos. Trata-se do Processo nº 56608-18.2012.4.01.3400 em trâmite na 8ª Vara da Justiça Federal em Brasília/DF.

O decreto previa ainda que as atividades de exploração portuária, compreendendo as rendas de serviços portuários e custeio dos serviços portuários (despesas de exploração, amortização, remuneração do capital de concessão e fundos), fossem registradas em contas próprias, segregadas das contas de receitas e despesas da concessionária e apresentadas em quadro específico denominado “Demonstração da exploração portuária”.

Da mesma forma, os investimentos em equipamentos e obras necessários às atividades portuárias, capitais de concessão, são registrados em contas próprias, destacadas do imobilizado da Companhia. O conjunto dessas contas deve ser submetido, anualmente, à análise do Ministério dos Transportes, através do processo de tomada de contas, conforme regulamentado pelo Decreto 74.619 de 26 de setembro de 1974, que aprova as Instruções para Tomada de Contas dos Concessionários de Portos Organizados. Atualmente a competência para a Tomada de Contas é da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

O resultado da exploração da atividade portuária, uma vez concluído o processo de tomada de contas, se traduzirá em um valor a pagar ou a receber da União, na medida em que for superavitário ou deficitário.

Uma vez homologado pelo Ministério dos Transportes, o capital de concessão consistirá na base de remuneração da Companhia. O resultado das atividades portuárias é refletido nas demonstrações contábeis da Companhia na rubrica de “Conta de resultados a compensar”, detalhada na nota explicativa nº 7.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como, as normas específicas para concessionárias de serviços públicos (portos), emanadas pelo Poder Concedente.

2.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia Docas de Imbituba e suas controladas, como segue:

Controlada	% de Participação
Zimba Operadora Portuária e Logística S.A.	100
Imbituba Empreendimentos e Participações S.A	51
Union Trade S.A	100

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76, com as alterações previstas na Lei nº 11.638/07 e na Lei nº 11.941/09, como segue:

- As controladas são incluídas na consolidação a partir da data de sua aquisição;
- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes dos negócios entre as empresas incluídas na consolidação;
- Eliminação dos investimentos nas empresas controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- Uniformização das práticas contábeis e dos procedimentos utilizados pelas empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas com aqueles adotados pela controladora.

3. Principais práticas contábeis

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representados por numerários em caixa, por depósitos em contas correntes e por aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez junto ao Banco do Brasil SA. e Bradesco SA. ajustados pela provisão para perdas.

(EM RS mil)

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Caixa Imbituba	4	164

Bancos Contas Movimento	0	2
Títulos de Liquidez Imediata	0	17
Total	4	183

b) Apuração do resultado

O resultado da Companhia é apurado pelo regime de competência dos exercícios.

O resultado da Exploração Portuária é apurado na medida em que ocorre sua efetiva realização financeira. Enquanto não realizadas, a fim de atender ao regime de competência dos exercícios, são registradas como segue:

- Receitas: passivo circulante rubrica receitas portuárias a apropriar, com contrapartida no ativo circulante, contas a receber exploração portuária.
- Despesas: ativo circulante/realizável a longo prazo, rubrica despesas de exploração portuária a apropriar, com contra partida no passivo circulante/não circulante, rubrica de contas a pagar exploração portuária.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores a seus valores de realização. Os estoques por ocasião do término do período de concessão reverteram em sua totalidade ao Porto de Imbituba, ou seja, passaram para o Poder Concedente.

d) Investimentos

Os investimentos são registrados ao custo de aquisição, de acordo com Laudos Técnicos do Banco Fator SA. – São Paulo, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico.

e) Imobilizado

As contas do ativo imobilizado são registradas pelo custo de aquisição ou formação, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Sobre os capitais de concessão é calculada amortização, a taxas determinadas em função do período de concessão. Sobre os bens da empresa é calculada depreciação a taxas que levam em consideração a vida útil dos correspondentes bens.

Os bens integrantes do patrimônio da CDI até 24/12/2012 inclusive os relacionados na rubrica contábil “Bens em Processo de Incorporação” por ocasião do término do período de concessão reverteram em sua totalidade ao Porto de Imbituba, ou seja, passaram para o patrimônio do Poder Concedente, devendo ser observada a regra prevista no art. 36 da Lei nº 8.987/95, que determina a indenização dos bens que porventura não estejam integralmente depreciados ou amortizados.

f) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são reduzidos a seus valores prováveis de realização mediante a constituição de provisões.

Os passivos circulantes e não circulantes, quando indexados, são atualizados monetariamente e incluem os encargos incorridos.

4. Contas a Receber de Usuários

O resultado da Companhia é apurado pelo regime de competência dos exercícios. O resultado da Exploração Portuária é apurado na medida em que ocorre sua efetiva realização financeira. Enquanto não realizadas, a fim de atender ao regime de competência dos exercícios as contas a receber são registradas no ativo circulante em contrapartida a um passivo circulante. As provisões são constituídas tendo como contrapartida a conta Custos e Despesas a Apropriar.

(EM R\$ mil)

Descrição	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Faturamento de Taxas Portuárias	7.096	7.287
Provisão de Créditos para Liquidação Duvidosa	-4.229	-4.229
Total	2.867	3.058

5. Depósitos Judiciais e Contratuais

Representam os depósitos recursais efetuados para fazer face às demandas judiciais da empresa.

(EM R\$ mil)

Descrição	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Bradesco Imbituba	299	279
Banco do Brasil Imbituba	906	851
C.E.F. Imbituba	2.535	2.347
Banco do Brasil RJ	161	154
Banco do Brasil Imb Proc	2.090	1.969
HSBC Imbituba	5	4
Banco Fator SP	90	63
Total	6.086	5.667

6. Despesas de exploração portuária a apropriar

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as obrigações relacionadas à exploração da atividade portuária ainda não realizadas financeiramente, são registradas com contrapartida de despesas de exploração portuária a apropriar.

Os principais custos e despesas a incorrer, relacionados à atividade portuária são a seguir demonstrados:

(EM R\$ mil)

Descrição	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Contingências cíveis	224.212	10.224
Cont. fiscais e tributárias	3.119	3.119
Cont. trabalhistas e previdenciários	3.621	3.621
Obrigações tributárias e fiscais	397	397
Obrigs. trabalhistas previdenciárias	644	644
Provisão de férias	595	595
Provisão contas a receber de usuários	4.229	4.229
Depósitos Judiciais	6.086	5.667

Provisão Fornecedores	340	340
Provisão perdas aplicações	0	4
Outros valores	7.488	11
Compl. Aposent. – Del. CVM 371	9.791	9.791
Total	260.522	38.642

7. Conta de resultados a compensar - CRC

Conforme descrito na nota explicativa n.º 1, a conta de resultados a compensar corresponde aos resultados anualmente gerados pela atividade portuária, que estão sujeitos a validação pelo Ministério dos Transportes (hoje ANTAQ) através do processo de tomada de contas, e será uma das contas a serem consideradas na negociação com a União ao final do período de concessão.

A composição de resultados a compensar é a seguir demonstrada, destacando-se que o Ministério dos Transportes já concluiu o processo de tomadas de contas até o exercício de 2011.

R\$ mil):	Valores <u>históricos</u>	Valores corrigidos em 31/12/2013
Anteriores a 1994	-175	(61.568)
1994	-3.454	(29.611)
1995	-3.910	(27.366)
1996	-6.235	(39.025)
1997	-6.624	(40.487)
1998	-5.549	(32.377)
1999	-8.688	(49.514)
2000	-10.762	(56.297)
2001	-15.384	(71.123)
2002	-20.339	(84.781)
Glosas União-1994 a 97	581	2.417
2003	-19.144	(59.620)
Glosas litígio 1998 a 2003	19.178	61.610
2004	-10.404	(27.905)
Glosas litígio 2004	4.420	11.818
2005	-9.961	(22.334)
2005 Aj. Exerc. Ant.	3.699	8.334

Glosas em Litígio 2005	1.254	2.824
2006	-14.211	(28.287)
Glosas em Litígio 2006	3.541	7.047
2007	-11.479	(20.428)
2007 Aj. Ex. Anteriores	254	452
Glosas em Litígio 2007	4.159	7.412
2008	-62.137	(98.320)
2008 Aj. Ex. Anteriores	18.312	28.975
Glosas em Litígio 2008	39.569	56.959
2009	989	1.424
2010 Aj. Ex. Anteriores	98	115
2010	5.637	6.622
Glosas em Litígio 2010	9.071	10.656
2011	10.122	12.045
Glosas em Litígio 2011	28.705	33.721
2012	83.848	90.799
2013	33	33
TOTAL	25.014	-405.779

Os valores atualizados foram apurados com base na variação da taxa Selic até 12/2013. A conta de resultados a compensar pode sofrer alterações em seu saldo, na medida em que o recurso impetrado pela Companhia relativo às glosas aplicadas no exercício 2011 seja aceito pelo poder concedente. Por prudência já reconhecemos no resultado da Companhia e conseqüentemente em seu patrimônio líquido os valores das glosas efetuadas relativas ao período da tomada de contas de 2011. Do saldo histórico, foram efetuadas provisões para glosas em litígio no valor de R\$ 28 milhões, relativo às glosas efetuadas nas tomadas de conta dos exercícios de 2011. As glosas relativas aos exercícios de 1998 a 2010 que foram objetos de recursos pela CDI junto a Diretoria Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ no valor de R\$ 81 milhões tiveram seu mérito negado conforme Resoluções nºs 2473 a 2476, mas ainda poderão ser revistas por ocasião da tomada de contas final da concessão. Ademais, e de todo modo, a CDI está buscando reverter à negativa.

8. Investimentos

Em R\$ mil

Descrição	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Zimba Oper. Port. E Log. S/A.	162.490	162.490
Imbituba Empreendimentos e	35.866	35.866

Participações SA.

Union Trade SA.

0

0

Total

198.356

198.356

Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura

O ágio por expectativa de rentabilidade futura, sem prazo de vida útil definida, foi estimado de acordo com Laudos Técnicos do Banco Fator SA. – São Paulo, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico.

9. Imobilizado

a) Intangível - Capitais de Concessão

A conta de Capitais de concessão, no valor de R\$ 7.283 mil, representa os investimentos já efetuados pela CDI necessários à exploração da atividade portuária, que já foram devidamente homologados pelo Poder Concedente. Os valores relativos a estes investimentos são apurados ao longo da concessão e, ao final, pagos à concessionária.

Ao longo do período de concessão, diversos desses investimentos tornaram-se obsoletos e deterioraram-se tendo sido, em função disso, baixados fisicamente e/ou alienados pela Companhia.

Contudo, essas baixas não foram registradas contabilmente, uma vez que não há previsão para reduções no Capital de concessão. Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a conta de Capitais de Concessão está sujeita a validação pelo Ministério dos Transportes através do processo de Tomada de Contas, e é uma das contas consideradas na negociação com a União, ao final do período de concessão.

São avaliadas ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo de vigência do contrato de concessão do Porto de Imbituba (70 anos). Vide Nota Explicativa nº 21.

Em razão dos critérios de cálculo e de atualização definidos na legislação tributária e dos expurgos inflacionários ocorridos ao longo da concessão, o saldo atual da conta Capitais da Concessão não reflete o montante efetivamente investidos pela Companhia, com recursos integralmente próprios, na construção e ampliação do Porto de Imbituba.

Por isso, com base em pareceres jurídicos de seus advogados, a Companhia entende que o montante a que faz jus por esses investimentos deve ser calculado por índices que efetivamente recomponham o poder aquisitivo dos valores investidos, além dos juros remuneratórios previstos no contrato e na legislação. Com base nesses critérios, a indenização devida à Companhia é de R\$ 980.973 mil (vide nota explicativa nº 21).

b) Bens em processo de incorporação

A conta de bens em processo de incorporação representa os investimentos necessários à exploração da atividade portuária que ainda não foram homologados pelo Poder Concedente.

O atraso na homologação acarreta a não inclusão destes valores nos cálculos de remuneração da Companhia e, a não apuração da amortização destes Capitais de concessão adicionais. Os bens objetos desta conta por ocasião do término do período de concessão (24/12/2012) reverteram em sua totalidade ao Porto de Imbituba, ou seja, passaram para o Patrimônio da União (Poder Concedente).

(EM R\$ mil)

Movimentação do Imobilizado

Descrição	Taxa de Depreciação	Imobilizado Líquido em 31/12/2012	Aquisições em 2013	Ajustes/Transferências em 2013	Depreciação em 2013	Imobilizado Líquido em 31/12/2013
BENS EM PROCESSO DE INCORPORAC	-	-	-	-	-	-
Total do Imobilizado	-	-	-	-	-	-

c) Bens Penhorados

Estão penhorados pela Receita Federal e INSS, em garantia de pendências jurídicas (Finsocial e Contribuições Previdenciárias), os seguintes bens:

- (i) 4 (quatro) lotes de terreno no valor de R\$ 95 mil (bens próprios);
- (ii) 4 (quatro) casas de alvenaria no valor de R\$ 405.mil (bens próprios);
- (iii) Equipamentos no valor de R\$ 2.500 mil (bens união); e,
- (iv) Terrenos do ex-acionista controlador no valor de R\$ 12.500.mil.

d) Imobilizado Em R\$ mil

Movimentação do Imobilizado

Descrição	Taxa de Depreciação	Imobilizado Líquido em 31/12/2012	Aquisições em 2013	Ajustes e Transferências em 2013	Depreciação em 2013	Imobilizado Líquido em 31/12/2013
BIBLIOTECA	-	-	-	-	-	-
CONCESSAO	1	-	-	-	-	-
FAIXAS DE TERRENOS	-	-	-	-	-	-
IMOVEIS E PROPRIEDADES	10	-	-	-	-	-
INSTALACOES	10	-	-	-	-	-
MAQUINISMO E ACESSORIOS	10	-	-	-	-	-
MOVEIS E UTENSILIOS	10	-	-	-	-	-
VEICULOS	20	-	-	-	-	-
PROGRAMAS P/ COMPUTADOR	10	-	-	-	-	-
BENS EM PROCESSO DE INCORPORAC	-	-	-	-	-	-
Total do Imobilizado		-	-	-	-	-

Os bens integrantes do patrimônio da CDI até 24/12/2012 inclusive os relacionados na rubrica contábil “Bens em Processo de Incorporação” por ocasião do término do período de concessão reverteram em sua totalidade ao Porto de Imbituba, ou seja, passaram para o patrimônio do Poder Concedente.

e) Intangível

Composição do Intangível

Descrição	Tx Depreciação	Custo de Aquisição em 31/12/2012	Amortizações Acumuladas em 31/12/2012	Intangível Líquido em 31/12/2013	Intangível Líquido em 31/12/2011
IMOBILIZAÇÕES CONTRATUAIS CONCESSÃO	CAP Cfe contrato	7.283	- 7.283	-	636
Total do Imobilizado		7.283	- 7.283	-	636

f) Efeitos da Lei 11.638/2007

Os bens da Companhia e do Porto de Imbituba não estão registrados por valor superior ao de realização. As amortizações dos bens da concessão são realizadas de acordo com as normas do contrato de concessão.

10. Empréstimos e financiamentos

a) Circulante

Em R\$ mil

<u>Financiadores</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Bradesco – Imbituba	-	11
Outras instituições não financeiras	598	335
Total	598	346

Parte (R\$ 322 mil) do saldo atualizado com outras instituições refere-se a contratos de empréstimos com duas pessoas físicas. Esses contratos estão sendo renegociados.

b) Não Circulante (*) Vide nota 13 Adiantamento para Compra de Ativos

Em R\$ mil

<u>Financiadores</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Outras instituições não financeiras	51	51
Total	51	51

11. Impostos, taxas e contribuições a recolher

a) Passivo circulante

Correspondem ao saldo a pagar de impostos, taxas e contribuições correspondentes a diversos períodos, vencidos e não pagos. Esses valores, atualizados e acrescidos dos correspondentes encargos, são a seguir compostos:

Em R\$ mil

Descrição	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IRRF	659	529
PIS A RECOLHER	2.283	1.888
PARCELAMENTOS R.F.B.	2.646	1.279
FUNDO DEPRECIÇÃO A RECOLHER	289	289

OUTROS	638	638
RETENÇÕES CSSL/COFINS/PIS	303	285
SPU	1.404	310
Total	8.222	5.218

b) Não Circulante

Os saldos de parcelamento de contribuições e obrigações sociais, classificados no exigível a longo prazo, têm a seguinte composição:

Em R\$ mil

<u>Parcelamentos</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
	2.043	2.075
INSS		
PARCELAMENTOS R.F.B.		
	5.309	6.229
Total	7.352	8.304

c) INSS com exigibilidade judicial suspensa

Em R\$ mil

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
INSS compets 07/2004 a 06/2006	2.966	2.810
INSS CDF'S (*)	18.472	17.557
INSS NFLD 35.516.103-6	2.122	2.018
INSS AÇÃO CAUTELAR 030.12.00	8.741	8.139
Total	32.301	30.524

(*) N^os 557263131; 557820430; 600360628; 6003611100; 601085892; 601352238.

d) Contribuições, Impostos e Taxas com exigibilidade judicial suspensa

Em R\$ mil

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
PIS - Suspenso	462	430
COFINS - Suspenso	8.846	8.236
SPU - Suspenso	2.319	2.159
Total	11.627	10.825

12. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e com Cofins

Os saldos referentes aos encargos sociais e previdenciários correspondem a diversos períodos e estão vencidos e não pagos. Os valores foram atualizados e acrescidos dos correspondentes encargos:

Em R\$ mil

Descrição	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Cofins a Recolher	10.494	8.731
Salários	1.327	382
Complementação de aposentadoria	160	160
Provisão de férias	663	606
INSS	3.977	3.593
INSS – parcelamento	359	174
INSS (11%) – terceiros	868	823
FGTS	202	120
Plano compl. aposent. – Del. CVM 371	9.791	9.791
Total	27.841	24.380

13. Adiantamento para a compra de ativos

Refere-se a valor ação ajuizada em 1996, decorrente da rescisão de contrato entre a CDI e a empresa que disponibilizou os recursos para a compra de ativos R\$ 882 mil. De acordo com os consultores jurídicos da empresa é provável a perda desta ação. Valor contábil do débito monta R\$ 12.351 mil em 30/09/2013. Porém, é possível a diminuição do valor do débito conforme consta nos autos da ação 030.98.000761-5 que fixa valor da causa em R\$ 1.845 mil. Descontados os pagamentos já efetuados o saldo corrigido para 31/12/2013 alcança o valor de R\$ 2.204 mil.

14 Passivos contingentes**Em R\$ mil**

Descrição	<u>31/12/2012</u>	<u>Acréscimo</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2013</u>
Contingências fiscais	3.516	213.989	-	217.505
Contingências trabalhistas e previdenciárias	4.265	-	-	4.265
Contingências cíveis	10.224	-	-	10.224
Downpayment Terminal Fertilizantes	-	14.555	-	14.555
Movimentação Mínima Contratual	-	15.436	-	15.436
Total	18.005	243.980	-	261.985

Foram provisionados os valores referentes a ações, de diversas naturezas, classificadas pelos consultores jurídicos da empresa como de possibilidade remota de ganho ou possível perda.

15. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 201.238.181,72 representado por 175.144.574 ações escriturais, dividido em 145.137.632 ações ordinárias e 30.006.942 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

16. Plano de complementação de aposentadoria – Deliberação - 371 CVM

A companhia mantém um Plano de Complementação de Aposentadoria para funcionários aposentados por tempo de serviço. Esta complementação corresponde à diferença entre os proventos da aposentadoria deferida pelo INSS e o valor do salário-base do portuário ativo, de igual categoria. Este benefício foi fixado em acordo firmado em 1963, entre o Governo Federal e a Federação Nacional dos Portuários, e que posteriormente recebeu manifestações favoráveis da PORTOBRÁS (Empresa de Portos do Brasil S.A.), Ministério dos Transportes e sendo homologada também pelo CISE (Conselho Interministerial de Salários de Empresas Estatais).

Apesar de a companhia não ser uma empresa estatal (mas ter suas atividades ligadas a uma categoria regulada pela PORTOBRÁS) houve a necessidade das aprovações por estes órgãos estatais. Foi provisionada em nosso passivo a importância de R\$ 9.791 mil referentes aos valores de complementação de aposentadoria, relativos a 57 beneficiários abrangendo o período de dezembro de 2012 até expectativa média de vida conforme IBGE. É importante ressaltar que este benefício atinge apenas aos mencionados 57 empregados, não se estendendo a seus herdeiros e ou dependentes, tão pouco se estendendo a novos beneficiários.

Apesar da provisão efetuada a CDI possui entendimento jurídico, de acordo com a jurisprudência predominante, de que este passivo pertence ao Poder Concedente, porém por prudência resolvemos manter o valor do passivo até que seja regularizada e reconhecida a obrigação da União.

17. Prejuízos fiscais

O valor do prejuízo fiscal compensável para efeitos de Imposto de renda R\$ 38.628 mil (R\$ 34.858 mil em 12/2012) e da base de cálculo negativa de Contribuição social é de R\$ 38.543 mil (R\$ 34.773 mil em 12/2012). O crédito tributário não foi constituído em virtude da pouca expectativa de geração de resultados positivos nos períodos subsequentes.

18. Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros. A título informativo demonstramos os saldos de Conta de resultados a compensar ajustados a valor presente pelos seguintes critérios: correção dos saldos pelos índices de INPC, IGPM e IPC, desde a sua origem até 31 de dezembro de 2002, capitalizados a 6% aa e descontados a valor presente a taxa de 12% aa. De 01 de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2013, foi utilizada a variação da taxa Selic.

19. Término da Concessão de Exploração Portuária

A concessão portuária da CDI teve fim em dezembro de 2012. A sua administração buscando a sua continuidade, planeja a diversificação de suas atividades e a sua transformação em um conglomerado empresarial com atividade em diversos segmentos. A implementação deste plano já iniciou com a aquisição da Zimba Operadora Portuária e Logística S.A. e suas controladas (CTI – Criciúma Terminal Intermodal Ltda. e TPI – Terminal Privativo de Imbituba S/A) e Imbituba Empreendimentos e Participações S/A. A Administração da Companhia mantém o seu plano de incorporação de outros ativos, em diferentes áreas, tais como:

- Empresa de Logística.
- Transportes de Cabotagem.
- Terminais de retaguarda.
- CD's / EADIS / RESEX / CLIA.

Os administradores dando prosseguimento à estratégia definida, através de Bancos Brasileiros em prospecção no exterior, identificaram investidores com interesse na atividade portuária Brasileira. Os primeiros contatos foram muito frutíferos, demonstrando as partes grande vontade em sua realização, estes valores poderão vir como empréstimos ou subscrição de capital social nas empresas acima citadas. Outros negócios estão em avaliação, para serem incorporados a Companhia.

20. Constituição de Nova Conta de Capital Adicional da Concessão

A concessão, nos termos da Lei nº 12.815/13, é a cessão onerosa do porto organizado, com vistas à administração e à exploração de sua infraestrutura por prazo determinado. Partindo dessa base normativa, tem-se que as instalações do Porto de Imbituba, durante a vigência do Contrato de Concessão firmado em 1942, estavam sob a posse direta e exclusiva da Companhia Docas de Imbituba – CDI. A União era apenas e tão somente a nua proprietária do imóvel, incumbindo-lhe o poder/dever fiscalizatório previsto no art. 29 da Lei nº 8.987/1995.

Tal fato se evidencia ao se verificar que as licitações efetivadas para os arrendamentos portuários de áreas e instalações do Porto de Imbituba foram efetivadas pela própria Companhia Docas de Imbituba – CDI, comparecendo a União, representada pela ANTAQ, apenas na qualidade de interveniente, garantidora do contrato de arrendamento em relação ao período que viesse a ultrapassar o limite temporal do termo final do instrumento de concessão.

Nesse sentido é legítimo que todos os investimentos realizados pelas arrendatárias durante a vigência do Contrato de Concessão sejam considerados como investimentos da própria concessionária, de vez que não há relação jurídica direta entre a União e as arrendatárias, enquanto vigente o contrato de concessão.

Reforça-se a tese ao se verificar que o objeto da concessão é a cessão das instalações portuárias, sendo defeso à União fazer nova cessão do imóvel durante a vigência da concessão, pois haveria a exclusão de parte do objeto da concessão, exigindo alteração do instrumento de concessão, mediante aditivo contratual, o que nunca ocorreu.

Nessa linha, a fim de se observar o princípio da legalidade e se respeitar o instrumento de concessão, deve ser aberto uma nova conta de Capital Adicional da Concessão, onde serão contabilizados os investimentos decorrentes dos Arrendamentos, realizados sob a regência de sua concessão pelos Arrendatários SANTOS BRASIL (Terminais de Contêineres e de Carga Geral), CRB-Votorantin, FERTISANTA, AGIL. Tal pretensão encontra guarida em pareceres de nossos consultores jurídicos. Os investimentos aqui mencionados importam no valor de R\$ 440 milhões fruto das benfeitorias imóveis.

CAPITAL INVESTIDO	VALOR R\$ MIL 31/12/2013
CAPITAL INICIAL	753.666
CAPITAL ADICIONAL Nº 1	120.694
CAPITAL ADICIONAL Nº 2	84.086
CAPITAL ADICIONAL Nº 3	15.656
CAPITAL ADICIONAL Nº 4	3.569
CAPITAL ADICIONAL Nº 5	3.302
TOTAL	980.973

21. Atualização do valor do pagamento da Caução Contratual

A CDI pede que lhe seja restituído o montante depositado a título de caução, tendo em vista que o contrato está encerrado e que a CDI tem créditos a receber do Poder Concedente. Conforme registrado expressamente na Cláusula XXXV do contrato de concessão, a caução de 100:000\$0 (cem contos de réis) foi depositada por meio conhecimento número quinhentos e cinquenta (550). A atualização monetária desse valor já foi feita pela própria ANTAQ. Utilizando esses mesmos critérios de correção e juros, o montante devido pela ANTAQ à CDI é R\$ 7.180 mil em 31/12/2013.

* * * *

Imbituba, 31 de dezembro de 2013.

NILTON GARCIA DE ARAÚJO
Diretor - Presidente e Rel. c/ Investidores

JOSÉ MANOEL JOAQUIM
Diretor

GERALDO LUIZ SPECK MIRANDA
Contador CRC/SC 14511

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIOS DE 2013 E 2012

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Docas de Imbituba vem submeter à apreciação dos senhores acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhado do Parecer dos Auditores Independentes.

Operação Portuária

Conforme determinado pela Portaria 381 do Ministério dos Transportes do ano 2001, a empresa exercia até 24 de dezembro de 2012 exclusivamente a função de Autoridade Portuária, a exemplo do que ocorre nos demais portos brasileiros. A concessão do Porto de Imbituba à CDI encerrou-se em 24/12/2012.

Aspectos Financeiros

Receita Líquida

Houve um decréscimo de 100,00% na Receita Líquida no trimestre em virtude do término da concessão de exploração do Porto de Imbituba.

Receitas/Despesas Operacionais

Houve um decréscimo no saldo negativo de receitas/despesas operacionais de 2012 para o exercício 2013, que passou de R\$ 30.118 mil para R\$ 3.770 mil..

Prejuízo Líquido do exercício

A Empresa apresentou no exercício de 2013 um prejuízo líquido R\$ 3.570 mil.

Com relação à atividade portuária da empresa, foram auferidos no período valores ainda ligados as atividades portuárias remanescente do extinto contrato de concessão. Tivemos Custeio dos Serviços Portuários no valor de 155mil e Renda dos Serviços Portuários na ordem de R\$ 189 mil gerando um superávit de R\$ 33 mil. Este superávit está registrado na conta Resultados a Compensar do Passivo Não Circulante.

Perspectivas

A concessão portuária da Cia Docas de Imbituba terminou em Dezembro de 2012. A administração vem buscando dar continuidade a suas atividades, planejando a diversificação de negócios e a sua transformação em um conglomerado empresarial com atividade em diversos segmentos. A implementação deste plano iniciou com a aquisição da Zimba Operadora Portuária e Logística S.A. e suas controladas (CTI – Criciúma Terminal Intermodal Ltda. e TPI – Terminal Privativo de Imbituba S/A) e Imbituba Empreendimentos e Participações S/A. A Administração da Companhia mantém o seu plano de incorporação de outros ativos, em diferentes áreas, tais como:

Empresa de Logística.

Transportes de Cabotagem.

Terminais de retaguarda.

CD's / EADIS / RESEX / CLIA.

Os administradores dando prosseguimento à estratégia definida, através de Bancos Brasileiros em prospecção no exterior, identificaram investidores com interesse na área portuária brasileira. Os primeiros contatos foram muito frutíferos, demonstrando as partes grande vontade em sua realização, estes valores poderão vir como empréstimos ou subscrição de capital social nas empresas acima citadas. Outros negócios estão em avaliação, para serem incorporados a Companhia.

Auditoria Externa

Em conformidade com o disposto na Instrução CVM nº 381, informamos que os auditores independentes da Companhia UHY MOREIRA – AUDITORES, não prestam outros serviços que não os relacionados com auditoria externa durante o exercício de 2013.

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos aos acionistas e funcionários, usuários, fornecedores, instituições financeiras e demais parceiros de negócios.

Imbituba, 31 de dezembro de 2013.

Nilton Garcia de Araújo
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

José Manoel Joaquim
Diretor

AOS
ACIONISTAS, CONSELHEIROS E DIRETORES DA COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA
IMBITUBA – SC

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais.

Em decorrência dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis consolidadas.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 7, a COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA explorava por concessão da União o Porto de Imbituba, até 26 de dezembro de 2012, data que encerrou o prazo de 70 anos estabelecido pelo Contrato de Concessão, firmado entre a União e a Companhia

Docas de Imbituba – CDI, por intermédio do Ministério da Viação e Obras Públicas, conforme publicado no DOU nº 270, de 21/11/1942. Na condição de Concessionária e Administração Portuária do Porto de Imbituba, em conformidade com o Contrato de Concessão, a CDI era a responsável pela gestão das atividades de exploração do porto, bem como pelos investimentos em equipamentos e obras (capitais de concessão) para o aparelhamento necessário ao embarque e desembarque de cargas e mercadorias. Sua remuneração era determinada com base no resultado dessas atividades e nos capitais de concessão (inicial e adicionais). As atividades de exploração portuária, compreendendo as rendas de serviços portuários e custeio dos serviços portuários (despesas de exploração, amortização, remuneração do capital de concessão e fundos), eram registradas em contas próprias, segregadas das contas de receitas e despesas da concessionária e apresentadas em quadro específico denominado “Demonstração da exploração portuária”. Da mesma forma, os investimentos em equipamentos e obras necessários às atividades portuárias, capitais de concessão, eram registrados em contas próprias, destacadas do imobilizado da Companhia. O conjunto dessas contas devia ser submetido, anualmente, à análise do Ministério dos Transportes, através do processo de tomada de contas, conforme regulamentado pelo Decreto nº 74.619, de 26 de setembro de 1974, que aprova as Instruções para Tomada de Contas dos Concessionários de Portos Organizados. Atualmente a competência para a Tomada de Contas é da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. O resultado da exploração da atividade portuária, uma vez concluído o processo de tomada de contas, se traduzirá em um valor a pagar ou a receber da União, na medida em que for superavitário ou deficitário. Uma vez homologado pelo Ministério dos Transportes, o capital de concessão consistirá na base de remuneração da Companhia. O resultado das atividades portuárias é refletido nas demonstrações contábeis da Companhia na rubrica de “Contas de resultados a compensar”, detalhada na nota explicativa nº 7.

A conta de resultados a compensar pode sofrer alterações em seu saldo, na medida em que o recurso impetrado pela Companhia relativo às glosas aplicadas no exercício de 2011 seja aceito pelo poder concedente. Por prudência já foi reconhecido no resultado da Companhia e conseqüentemente em seu patrimônio líquido os valores das glosas efetuadas relativas ao período da tomada de contas de 2011. Do saldo histórico, foram efetuadas provisões para glosas em litígio no valor de R\$ 28 milhões, relativo às glosas efetuadas nas tomadas de conta dos exercícios de 2011. As glosas relativas aos exercícios de 1998 a 2010 que foram objetos de recursos pela CDI junto a Diretoria Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ no valor de R\$ 81 milhões tiveram se mérito negado conforme resoluções nºs 2473 a 2476, mas ainda poderão ser revistas por ocasião da tomada de contas final da concessão. A CDI está buscando reverter à negativa.

As despesas e custos a incorrer, no montante de R\$ 260.522 mil (nota explicativa nº 6), provenientes de diversos litígios nas áreas: fiscal, trabalhista, previdenciária e cível, bem como provisão para complementação de aposentadoria – Deliberação CVM 371 e outras provisões, que por normas do Poder Concedente, somente são reconhecidas no resultado da exploração portuária, quando liquidadas financeiramente ou de decisão final da justiça.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, a Companhia Docas de Imbituba na qualidade de arrendatário declara-se credor dos investimentos realizados pela própria

concessionária durante a vigência do contrato de concessão, de vez que não há relação jurídica direta entre a União e os arrendatários, enquanto vigente o contrato de concessão. Ressalta também, que se reforça a tese ao se verificar que o objeto da concessão é a cessão das instalações portuárias, sendo defeso à União fazer nova cessão do imóvel durante a vigência da concessão, pois haveria a exclusão de parte do objeto da concessão, exigindo a alteração do instrumento de concessão, mediante aditivo contratual, o que nunca ocorreu. Com a finalidade de observar o princípio da legalidade e se respeitar o instrumento de concessão, o arrendatário solicita a abertura de uma nova conta de Capital Adicional de Concessão, onde serão contabilizados os investimentos decorrentes dos arrendamentos, realizados sob a regência de sua concessão pelos arrendatários SANTOS BRASIL (Terminais de Contêineres e de Carga Geral) CRB Votorantim, FERTISANTA e AGIL. A pretensão encontra guarida em pareceres de consultores jurídicos.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 a Companhia Docas de Imbituba possui registrado em seu passivo o valor de R\$ 261.985 mil a título de passivo contingente. A administração da sociedade forneceu relatório dos advogados responsáveis pela assessoria jurídica relativa os processos de diversas naturezas. Porém não especificam a posição para o período de 31/12/2013, nem constam informações relativas às probabilidades de perdas de acordo com a NBC TG 25, que permitiriam avaliar a adequação das contingências judiciais e seus eventuais efeitos, constituindo-se em limitação na execução de nossos exames.

Conforme a nota explicativa nº 3c e nº 8, os investimentos são registrados ao custo de aquisição, de acordo com laudos técnicos do Banco Fator S.A. – São Paulo, estando sujeito a teste de recuperabilidade. Se houver necessidade de baixa do ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$ 198.356 mil, em virtude de novas avaliações que deverão ocorrer anualmente, o patrimônio líquido da Companhia se transforma em passivo a descoberto. A CDI não apresentou laudo com o referido teste de recuperabilidade para o exercício de 2013.

Base para abstenção de opinião sobre as informações contábeis consolidadas

Não auditamos, nem foram auditadas por outros auditores independentes, as informações contábeis das empresas controladas Zimba Operadora Portuária e Logística S.A., Imbituba Empreendimentos e Participações S.A. e Union Trade S.A.. Os exames das demonstrações contábeis das empresas controladas não foram suficientes para expressarmos conclusão sobre as mesmas. Outrossim, apesar de mencionar, na mesma nota, que os valores registrados como investimento referem-se à,

Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura, sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. A CDI não apresentou laudo com o referido teste de recuperabilidade para o exercício de 2013.

As divulgações nas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas não apresentam todas as informações requeridas para explicar de forma apropriada e suficiente as diferenças existentes entre as demonstrações contábeis individuais, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), conforme requerido pela Comissão de Valores Mobiliários.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis individuais acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as

acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos nos parágrafos Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas.

Ênfase

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam índices financeiros adversos de forma contínua e excessiva participação de passivo circulante em comparação com o ativo circulante, uma vez que a empresa não auferiu receita. A Concessão para exploração do Porto terminou em dezembro de 2012 e as demonstrações contábeis demonstram as alterações referentes às reversões resultantes do encerramento da atividade fim da concessão, mas foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios e não incluem quaisquer ajustes em caso de descontinuidade. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado individual

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) individual, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelo contido nos parágrafos base para opinião com ressalva sobre as informações contábeis individuais, estão adequadamente apresentadas, em seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis individuais tomadas em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado consolidada

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, devido à relevância dos assuntos descritos nos parágrafos Base para abstenção de opinião sobre as informações contábeis consolidadas, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre essa demonstração contábil.

Imbituba, 26 de agosto de 2014.

UHY MOREIRA – AUDITORES
CRC RS 3717 S SC
JORGE LUIZ MENEZES CEREJA
Contador CRC RS 43679 S SC
CNAI Nº 539
Sócio - Responsável Técnico

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECER DOS
AUDITORES INDEPENDENTES

A Diretoria da Companhia Docas de Imbituba em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declara que:

1 – Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

2 – Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa pelos auditores externos, UHY MOREIRA - AUDITORES, datado de 26/08/2014 relativo demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Imbituba, 26 de agosto de 2014.

Nilton Garcia de Araújo
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

José Manoel Joaquim
Diretor

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Cia Docas de Imbituba, em cumprimento as suas atribuições legais e regulamentação vigentes, declaram:

1 - Tomaram conhecimento e concordam com o relatório da administração e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

2 – Tendo em vista o resultado negativo relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, não houve proposta de distribuição de dividendos, ou de qualquer outro benefício aos acionistas.

Imbituba, 26 de agosto de 2014.

Nilton Garcia de Araujo, Roberto Villa Real Junior, Rowin Gustav Von Reininghaus, Ernani Catalani Filho, Conselheiros.